

**PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA E AS CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS  
AUDITORAS E AUDITADAS NO MERCADO BRASILEIRO**

**AMANDA DA SILVA BARBOSA GOMES**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

**LORENA COSTA DE OLIVEIRA MELLO**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

**CARLOS ADRIANO SANTOS GOMES GORDIANO**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

# PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA E AS CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS AUDITORAS E AUDITADAS NO MERCADO BRASILEIRO

## 1 INTRODUÇÃO

A recente ocorrência de diversos escândalos e fraudes contábeis no mercado de capitais, abrangendo grandes instituições, gerou um alerta significativo quanto à fidedignidade das informações contábeis divulgadas, e, nesse contexto, a auditoria independente se mostra uma importante ferramenta para estabelecer confiança no mercado (SILVA; FREIRE, 2018).

Considerando-se que o trabalho do auditor independente consiste em assegurar confiabilidade às informações contidas nas demonstrações contábeis da empresa, a percepção da sociedade é que os procedimentos aplicados pelos auditores e suas opiniões acerca desses demonstrativos são elementos essenciais para o bom funcionamento dos mercados financeiro e de capitais (PINTO; MORAIS, 2019).

A comunicação do auditor com o mercado para emissão dessas opiniões efetiva-se por meio do relatório de auditoria, sendo esse documento a peça principal do trabalho executado. Todavia, até recentemente o modelo de relatório adotado foi muito criticado quanto a sua forma, conteúdo e valor, pois não satisfazia a todas as necessidades dos usuários. As principais críticas residiam na linguagem padronizada e na falta de transparência no processo da auditoria (ALVES JÚNIOR; GALDI, 2020).

Assim, diante da necessidade de um relatório mais informativo, prezando cada vez mais pela transparência e fidedignidade das informações, além da importância do trabalho desenvolvido pela auditoria independente para a empresa, tornou-se mandatária e urgente a introdução de mudanças no Relatório do Auditor Independente (RAI).

Nesse sentido, uma das principais alterações foi introduzida pela NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente. Essa norma técnica de auditoria foi instituída pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2016) em 17 de junho de 2016, e versa sobre a responsabilidade do auditor em comunicar os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs). Os PAAs são assuntos que, no julgamento técnico do auditor, foram mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis, visando a tornar o RAI mais informativo e transparente, fornecendo informações adicionais para os usuários (CFC, 2016).

A seleção dos PAAs a serem reportados está condicionada ao julgamento técnico do auditor, e diversos fatores podem influenciar a sua definição. A literatura tem apontado para características associadas à divulgação dos PAAs (FERREIRA; MORAIS, 2019; PINTO; MORAIS, 2019; SIERRA-GARCÍA *et al.*, 2019). Os PAAs estão diretamente ligados à necessidade de divulgação de riscos, e estes, por sua vez, podem variar conforme o setor econômico em que está inserida a empresa, o seu porte e sua complexidade, entre outras particularidades. Ferreira e Morais (2019) esclarecem que as características da empresa auditada e a relação entre ela e a empresa auditora são importantes impulsionadoras do número de PAAs divulgados.

Nesse contexto, o presente estudo se propõe responder à seguinte questão: Qual a correlação entre os PAAs divulgados no Relatório de Auditoria Independente (RAI) e as características das empresas auditora e auditada?

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a relação entre os PAAs e as características das empresas auditoras e auditadas no mercado de capitais brasileiro. Concomitantemente, busca-se atingir os seguintes objetivos específicos: i) segregar os PAAs em níveis de entidade (empresa auditada) e de conta (demonstração contábil); e ii) identificar os setores econômicos que mais divulgam PAAs.

Para viabilizar o alcance desses objetivos, a pesquisa, caracterizada como descritiva, quantitativa e documental, analisou a relação entre os PAAs e as características das empresas auditoras e auditadas envolvendo 344 empresas listadas na B3, no período de 2016 a 2018. Os dados foram extraídos das demonstrações contábeis, dos relatórios dos auditores independentes (RAI) e do Formulário de Referência das empresas da amostra, e foram analisados por meio da estatística descritiva, testes de correlação e regressão linear múltipla com dados em painel.

O estudo se justifica pela importância de se compreender os fatores e as características das empresas auditoras e auditadas que influenciam a quantidade e os tipos de PAAs divulgados, haja vista que os PAAs estão diretamente relacionados com a relevância da informação e são utilizados para subsidiar decisões de investidores. Em termos acadêmicos, são raros os estudos que exploram a presente temática, o que justifica o aprofundamento das características e fatores que se relacionam à divulgação dos PAAs.

Cabe destacar que este estudo contribui também para subsidiar as empresas de auditoria, apresentando evidências sobre as características das empresas auditadas e dos próprios auditores que influenciam os PAAs divulgados, assim como investidores, governo e demais usuários das demonstrações contábeis, proporcionando o entendimento acerca das áreas de risco envolvidas nas organizações.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA E HIPÓTESES DA PESQUISA**

A complexidade do ambiente de negócios e das transações econômicas experimentou significativo crescimento nos últimos anos, aumentando, assim, a demanda por informações. Devido ao fato de a opinião da auditoria ser a única comunicação direta do auditor com os acionistas sobre o processo de auditoria e seu resultado (DEFOND; ZHANG, 2014), fica demonstrada a relevância informacional do RAI para as empresas de capital aberto e para os usuários das demonstrações contábeis.

Entretanto, o RAI na versão antiga vinha sendo bastante criticado por sua forma, conteúdo e valor. Os auditores, por sua vez, eram criticados por utilizar linguagem padronizada (COLARES; ALVES; FERREIRA, 2018) e pelo fato de seus relatórios serem de pouco valor explicativo e informativo, o que ocasionou a necessidade de reformulações.

Nessas circunstâncias, surgiu o Novo Relatório de Auditoria (NRA), como resposta à necessidade de maior transparência nas informações emitidas para o mercado pelos auditores, haja vista que os investidores e outros usuários seriam beneficiados com dados que antes não eram de conhecimento público (COLARES; ALVES; FERREIRA, 2018). O NRA reúne seis normas publicadas pelo CFC, em 2016 – NBC TA 260, 570, 700, 701, 705 e 706 –, em convergência com as International Standards on Auditing (ISAs).

Segundo Wisnik (2018), dentre as diversas normas modificadas para atender aos requisitos do NRA, a NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria Independente foi a que trouxe maior impacto nesse contexto, por tratar da responsabilidade do auditor em comunicar os PAAs. Essa nomenclatura refere-se à tradução de Key Audit Matters (KAM), como é conhecido no cenário internacional, devido à ISA 701 – Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report.

Os PAAs são assuntos que, segundo o julgamento técnico do auditor, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis. Para determinar os assuntos que foram mais relevantes, o auditor deve considerar as áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante ou riscos significativos identificados, que são os julgamentos expressivos do auditor relativos às áreas das demonstrações contábeis que também envolveram julgamento relevante por parte da administração e o efeito sobre a auditoria de fatos ou transações significativas ocorridas durante o período (CFC, 2016).

Vasconcelos, Coelho e Alberton (2019) entendem que a inclusão da seção com os PAAs tem por finalidade tornar o relatório mais informativo e objetivo para os usuários da informação. Além disso, essa seção fornece informações adicionais sobre assuntos que, segundo o julgamento do auditor, foram mais relevantes no decorrer do trabalho realizado. Ferreira e Morais (2019) acrescentam que a comunicação dos PAAs possibilita o aumento da transparência, haja vista que são divulgadas não somente as áreas que necessitam de maior atenção, mas também os riscos associados à empresa e à forma como estes são geridos. Nesse contexto de divulgação dos riscos, baseado no estudo de Lennox, Schmidt e Thompson (2017), Sierra-García *et al.* (2019) distinguem os PAAs em dois níveis: PAAs de Risco no Nível de Entidade e PAAs de Risco no Nível de Conta.

Os PAAs no Nível de Entidade fazem referência aos riscos da empresa auditada como um todo, relativos a impostos, provisões legais e regulatórias, aquisição, contabilidade, controles, TI e outros. Os PAAs no Nível de Conta, por sua vez, referem-se a itens específicos das demonstrações financeiras, como receitas, intangíveis, imobilizado e equipamentos, planos de pensão, estoques, ativos financeiros, descontos de fornecedores e redução ao valor recuperável de ativos (SIERRA-GARCÍA *et al.*, 2019).

A definição dos assuntos significativos a serem incluídos como PAAs depende de julgamento técnico, e, para exercer esse julgamento, o auditor precisa considerar os riscos identificados na empresa auditada, que, por sua vez, variam segundo as suas particularidades. Fatores como porte e complexidade da entidade, natureza dos negócios e ambiente, bem como fatos e circunstâncias do trabalho de auditoria, podem impactar a quantidade de PAAs a serem incluídos no NRA (CFC, 2016).

Nesse sentido, aponta-se que as características do auditor e da empresa auditada influenciam a determinação e divulgação de PAAs. Ferreira e Morais (2019) consideram que a opinião emitida pelo auditor pode ser afetada por determinantes categorizados como fatores de natureza financeira e não financeira, e que podem estar relacionados com as características da empresa auditada, características da empresa auditora ou da relação entre a auditada e a auditora.

Pinto e Morais (2019) determinaram fatores que influenciam o número de PAAs divulgados pelos auditores nos principais países europeus, sob o novo regulamento, concluindo que há uma associação positiva entre os PAAs e o número de segmentos de negócio, honorários de auditoria, precisão de padrões contábeis e tamanho da empresa, assim como uma associação negativa para instituições financeiras, lucros e rentabilidade.

Sierra-García *et al.* (2019) analisaram a influência das características do auditor e do cliente na magnitude e no tipo de PAAs divulgados nos relatórios de auditoria das empresas listadas no FTSE 100, no Reino Unido. Os resultados demonstraram que, em geral, auditores de empresas que pagam taxas mais altas por serviços de auditoria apresentam mais PAAs de risco no Nível de Entidade e menos PAAs de risco no Nível de Conta, e que as características do auditor e do cliente são determinantes do número e do tipo de PAAs divulgados.

Ferreira e Morais (2019) investigaram se as particularidades da empresa auditada influenciam o volume de PAAs divulgados, tomando por base as empresas listadas na BM&FBovespa, em 2016. Os resultados evidenciaram uma correlação positiva entre o número de PAAs divulgados e a empresa auditora ser uma Big Four e a complexidade da empresa auditada, e uma correlação negativa com o valor dos honorários e a modificação da opinião do auditor.

A literatura preconiza que o tipo de firma de auditoria constitui uma das variáveis que influenciam a identificação dos riscos e, conseqüentemente, dos PAAs (FERREIRA; MORAIS, 2019; LENNOX; KAUSAR, 2017). A expressão Big Four refere-se às quatro maiores empresas mundiais no setor de auditoria: Deloitte, Ernst e Young, KPMG e PricewaterhouseCoopers. Castro, Peleias e Silva (2015) relatam que essas empresas possuem

mais estrutura, independência e equipes de mais alta qualidade. Lennox e Kausar (2017) ressaltam ainda que as firmas Big Four podem ser mais avessas ao risco, porque têm mais capital reputacional em jogo e maior independência financeira, tornando-se, nesse caso, mais sensíveis para estimar o risco, em comparação com as demais. Com base nesse argumento, foi formulada a seguinte hipótese:

*H1: O tipo de firma de auditoria influencia positivamente o número de PAAs divulgados.*

O custo de auditoria corresponde ao valor cobrado pelo auditor pela prestação de seus serviços. Segundo Sierra-García *et al.* (2019), o novo formato de relatório pode resultar em custos adicionais, como, por exemplo, se o auditor precisar executar procedimentos adicionais para reduzir o risco de reputação associado à divulgação de PAAs. Contudo, estudos anteriores realizados no Brasil apontam que a adoção do NRA não ocasionou alterações significativas nos honorários de auditoria, pois, dentre as mudanças implementadas no novo modelo, a identificação das áreas de risco já era realizada nas auditorias, tornando obrigatória apenas a sua divulgação, o que não gera custos adicionais (COLARES; ALVES; FERREIRA, 2018; MELLO; ARAÚJO, 2019; MELO, 2019). No cenário atual, ainda não há consenso quanto à influência dos honorários de auditoria na divulgação de PAAs, o que a torna uma variável relevante na investigação. Nesse contexto, infere-se a segunda hipótese:

*H2: O custo de auditoria não influencia o número de PAAs divulgados.*

No Brasil, o rodízio de auditoria é regulamentado pela Instrução CVM nº 509/2011, que objetiva promover a independência da auditoria, determinando a rotatividade em prazo preestabelecido, de modo a propiciar uma quebra, mesmo que temporária, do relacionamento entre os auditores e seus respectivos clientes (QUEVEDO; PINTO, 2014).

Dantas e Medeiros (2015) utilizam o pressuposto de que o conhecimento sobre o cliente e seu negócio aumenta a capacidade do auditor de identificar eventuais distorções materiais. Sierra-García *et al.* (2019) argumentam que não há sinal claro para a correlação entre PAAs e a mudança do auditor, haja vista que o novo auditor pode ser mais conservador e incluir um número maior de PAAs, ou ser menos experiente e incluir um número menor de PAAs. Dessa forma, nota-se que o impacto do rodízio de auditoria na divulgação de PAAs ainda não é assunto pacificado, e possui duas vertentes na literatura. Para esta pesquisa, utiliza-se o posicionamento de que a chegada de um novo auditor, que conhece menos o trabalho da empresa, pode influenciar a identificação de menos riscos e, conseqüentemente, a divulgação de menor número de PAAs. Assim, define-se a terceira hipótese:

*H3: O rodízio de auditoria influencia negativamente o número de PAAs divulgados.*

A literatura preconiza que o tamanho da empresa auditada impacta a divulgação de PAAs (PINTO; MORAIS, 2019; SIERRA-GARCÍA *et al.*, 2019). É recorrente a utilização da variável *total de ativos* como forma de dimensionar o tamanho da empresa (BRIGHENTI; DEGENHART; CUNHA, 2016). Kaveski e Cunha (2016) asseguram que quanto maior for a empresa, mais complexo será o trabalho da auditoria. Na mesma linha, Pinto e Moraes (2019) explicam que quanto maior for a empresa auditada, mais complexa será sua operação, e, conseqüentemente, mais riscos serão identificados pelo auditor. Portanto, define-se a quarta hipótese:

*H4: O tamanho da empresa auditada influencia positivamente o número de PAAs divulgados.*

Em relação à influência do endividamento, Kaveski e Cunha (2016) entendem que as entidades com maior risco de negócio requerem um monitoramento mais cuidadoso para se proteger do risco financeiro e empresarial, pois, quanto mais endividada for a empresa auditada, maior será seu risco financeiro (BRIGHENTI; DEGENHART; CUNHA, 2016). Nesse sentido, Pinto e Moraes (2019) asseguram que, em geral, maior endividamento envolve maior risco financeiro, e que, quando aumenta o risco financeiro de uma empresa, o auditor

tende a revisá-la mais detalhadamente, resultando em maior esforço para reduzir sua responsabilidade, levando-o a melhorar os procedimentos da auditoria e, portanto, a identificação dos PAAs. Com base nesse contexto, formula-se a quinta hipótese:

*H5: O endividamento da empresa auditada influencia positivamente o número de PAAs divulgados.*

O Índice de Liquidez Corrente (ILC) de uma empresa pode ser obtido pela relação entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. Andre *et al.* (2016) esclarecem que se um auditado falir após uma auditoria, os auditores podem ser processados pelos investidores por perdas decorrentes, por não expressar uma opinião de descontinuidade. Uma das medidas utilizadas para prever descontinuidade são os indicadores de liquidez. O risco de liquidez é maior quando o ILC é mais baixo. Destarte, com o intuito de proteger sua reputação e reduzir o risco de litigância, é provável que os auditores divulguem mais PAAs em empresas com maior risco de liquidez e de continuidade (FERREIRA; MORAIS, 2019; SIERRA-GARCÍA *et al.*, 2019). Dessa forma, propõe-se a sexta hipótese:

*H6: O Índice de Liquidez Corrente da empresa auditada influencia negativamente o número de PAAs divulgados.*

A rentabilidade da empresa é geralmente medida pela relação entre o lucro antes dos impostos e o total de ativos (VELTE, 2018). Pinto e Morais (2019) evidenciam que as empresas com menor rentabilidade apresentam maior risco de falha, e que, portanto, os auditores podem achar necessário ampliar o escopo de seu trabalho e divulgar mais PAAs. Da mesma forma, Ferreira e Morais (2019) argumentam ser provável que auditores de empresas menos rentáveis e com maior risco operacional sintam-se mais pressionados a divulgar PAAs para assegurar sua independência. Assim, infere-se a sétima hipótese:

*H7: A rentabilidade da empresa auditada influencia negativamente o número de PAAs divulgados.*

A complexidade da empresa influencia a identificação dos riscos, pois, segundo Andre *et al.* (2016), a verificação de empresas complexas, compreendendo, por exemplo, estrutura de grupo complicada, número de subsidiárias, distribuição geográfica de negócios, ou a verificação de ativos de maior risco, tais como os estoques e recebíveis, requerem esforços adicionais de auditoria. Castro, Peleias e Silva (2015) asseveram que o auditor percebe maior risco ou estima maior número de horas necessárias para realizar a auditoria devido, por exemplo, a uma maior complexidade do segmento e ao número de subsidiárias. Ferreira e Morais (2019) afirmam que as empresas mais complexas tendem a divulgar mais PAAs nos relatórios de auditoria. Ressalte-se, todavia, que pode ocorrer de empresas com menor número de subsidiárias vir a ser mais complexas do que aquelas com maior número de subsidiárias, quando estas, ainda que em menor quantidade, são maiores e apresentam mais riscos. Para este estudo, utiliza-se o pressuposto de que um maior número de subsidiárias implica maior complexidade e, conseqüentemente, mais PAAs divulgados. Nesse contexto, define-se a oitava hipótese:

*H8: A complexidade da empresa auditada influencia positivamente o número de PAAs divulgados.*

De acordo com o exposto, identificam-se na literatura divergências sobre a influência das características da empresa auditora e da empresa auditada na identificação dos riscos e, conseqüentemente, na determinação dos PAAs a serem reportados pelo NRA, reforçando a justificativa deste estudo, em especial, no cenário brasileiro.

### **3 METODOLOGIA**

A população da pesquisa compreende as 391 empresas listadas na B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão, em 10 de janeiro de 2020. Dessa população, foram excluídas 47 empresas que não apresentaram os dados relacionados às variáveis do estudo, resultando, assim, em uma

amostra de 344 empresas. Foram coletados os dados referentes ao período de 2016 a 2018, visando a englobar o período inicial (2016) em que os PAAs foram incluídos nos relatórios, conforme a nova regulamentação, e a verificar como as variáveis que os influenciam se comportam até 2018 (último período com dados disponíveis no momento da coleta).

As variáveis da pesquisa foram selecionadas a partir da revisão de estudos anteriores quanto às características e aos fatores que influenciam a determinação de PAAs nos relatórios de auditoria, conforme apresentados na seção anterior. As variáveis, sua operacionalização, fonte de coleta e base teórica que as fundamenta estão elencadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis da pesquisa

Tipo	Variável	Operacionalização	Fonte de Coleta	Base Teórica
Dependente	PAAs	Quantidade de PAAs reportados no NRA	NRA	Ferreira e Morais (2019) Pinto e Morais (2019) Sierra-García <i>et al.</i> (2019)
	PAAs no Nível de Entidade (NEPAA)	Quantidade de PAAs inseridos no NRA relacionados aos riscos no Nível de Entidade	NRA	Lennox, Schmidt e Thompson (2017) Sierra-García <i>et al.</i> (2019).
	PAAs no Nível de Conta (NCPAA)	Quantidade de PAAs inseridos no NRA relacionados aos riscos no Nível de Conta	NRA	Lennox, Schmidt e Thompson (2017) Sierra-García <i>et al.</i> (2019)
Independente	Firma de Auditoria ( <i>BigFour</i> )	Variável <i>dummy</i> , sendo 1 (um) para empresa Big Four e 0 (zero) para outra	NRA	Castro, Peleias e Silva (2015) Lennox e Kausar (2017)
	Custo de Auditoria (CUSTAUD)	Logaritmo natural do valor dos honorários dos auditores	Formulário de Referência	Colares, Alves e Ferreira (2018) Mello e Araújo (2019) Melo (2019) Sierra-García <i>et al.</i> (2019).
	Rodízio de Auditoria (ROD)	Variável <i>dummy</i> , sendo 1 (um) para empresa que trocou de firma de auditoria e 0 (zero) para outra	Formulário de Referência	Dantas e Medeiros (2015) Mello e Araújo (2019) Quevedo e Pinto (2014) Sierra-García <i>et al.</i> (2019)
	Tamanho (TAM)	Logaritmo natural do valor do Ativo	Demonstrações Contábeis	Kaveski e Cunha (2016) Pinto e Morais (2019) Sierra-García <i>et al.</i> (2019)
	Endividamento (END)	Razão entre o valor da dívida total (curto e longo prazo) e o do Ativo	Demonstrações Contábeis	Brighenti, Degenhart e Cunha (2016) Kaveski e Cunha (2016) Pinto e Morais (2019)
	Índice de Liquidez Corrente (ILC)	Razão entre o valor do Ativo Circulante e o do Passivo Circulante	Demonstrações Contábeis	Ferreira e Morais (2019) Sierra-García <i>et al.</i> (2019)
	Rentabilidade (ROA)	Razão entre valor do lucro antes dos impostos e o valor do Ativo	Demonstrações Contábeis	Ferreira e Morais (2019) Pinto e Morais (2019) Velte (2018)
	Complexidade (COMP)	Número de subsidiárias	Formulário de Referência	Andre <i>et al.</i> (2016) Castro, Peleias e Silva (2015) Ferreira e Morais (2019)
De Controle	Ano (ANO)	Variável categórica que correspondente ao período dos dados – 2016, 2017 e 2018	Demonstrações Contábeis	Sierra-García <i>et al.</i> (2019)
	Receita (REC)	Logaritmo natural da Receita Bruta	Demonstrações Contábeis	Sierra-García <i>et al.</i> (2019)
	Estoque (EST)	Logaritmo natural do valor do Estoque	Demonstrações Contábeis	Sierra-García <i>et al.</i> (2019)
	Imobilizado	Logaritmo natural do valor do	Demonstrações	Sierra-García <i>et al.</i> (2019)

(IMOB)	Imobilizado	Contábeis	
Intangível (INT)	Logaritmo natural do valor do Ativo Intangível	Demonstrações Contábeis	Sierra-García <i>et al.</i> (2019)
Setor Econômico (SET)	Variável <i>dummy</i> , sendo 0 (zero) para setor regulado e 1 (um) para outro	Website da B3	Alexandre, Mello e Araújo (2017) Lopes e Rodrigues (2007)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para viabilizar o alcance dos objetivos da pesquisa, inicialmente procedeu-se a uma estatística descritiva das variáveis das empresas da amostra, compreendendo médias, valores mínimos e máximos, desvios-padrão e coeficientes de variação. Na sequência, realizou-se o teste de correlação das variáveis explicativas com os PAAs, para medir o grau de correlação entre essas variáveis e verificar se essa correlação é positiva ou negativa. Por último, foi aplicada a regressão linear múltipla com dados em painel, utilizando-se a Equação 1.

$$PAA = \beta_0 + \beta_1 \text{BigFour} + \beta_2 \text{CUSTAUD} + \beta_3 \text{ROD} + \beta_4 \text{TAM} + \beta_5 \text{END} + \beta_6 \text{ILC} + \beta_7 \text{ROA} + \beta_8 \text{COMP} + \beta_9 \text{ANO} + \beta_{10} \text{REC} + \beta_{11} \text{EST} + \beta_{12} \text{IMOB} + \beta_{13} \text{INT} + \beta_{14} \text{SET} + \varepsilon \text{ (Equação 1)}$$

Adicionalmente, seguindo-se a orientação de Sierra-García *et al.* (2019), os PAAs foram segregados em dois níveis – PAAs no Nível de Entidade (NEPAA) e PAAs no Nível de Conta (NCPAA), visando a identificar como as características das empresas auditoras e auditadas influenciam o nível dos PAAs reportados no NRA. Para tanto, foram formuladas duas equações, utilizando-se em cada uma delas apenas as variáveis que, mediante revisão de estudos anteriores, podem influenciar de modo mais específico a divulgação de PAAs no Nível de Entidade e de PAAs no Nível de Conta, diferenciando-se da Equação 1, que engloba todas as variáveis. Assim, foram realizadas mais duas regressões lineares múltiplas com dados em painel, por meio das Equações 2 e 3.

$$\text{NEPAA} = \beta_0 + \beta_1 \text{BigFour} + \beta_2 \text{CUSTAUD} + \beta_3 \text{ROD} + \beta_4 \text{TAM} + \beta_5 \text{END} + \beta_6 \text{ILC} + \beta_7 \text{ROA} + \beta_8 \text{COMP} + \beta_9 \text{ANO} + \beta_{10} \text{SET} + \varepsilon \text{ (Equação 2)}$$

$$\text{NCPAA} = \beta_0 + \beta_1 \text{BigFour} + \beta_2 \text{CUSTAUD} + \beta_3 \text{ROD} + \beta_4 \text{ANO} + \beta_5 \text{REC} + \beta_6 \text{EST} + \beta_7 \text{IMOB} + \beta_8 \text{INT} + \beta_9 \text{SET} + \varepsilon \text{ (Equação 3)}$$

Ressalte-se, ainda, que foram realizados os testes de Breusch-Pagan (Qui<sup>2</sup> 74,39 e Sig 0,001) e de Hausman (Qui<sup>2</sup> 105,19 e Sig 0,071), para se identificar a melhor estimação, sendo mais indicado o modelo de regressão com efeitos aleatórios. Ademais, optou-se por se utilizar as variáveis de controle Ano (ANO), Receita Bruta (REC), Estoque (EST), Imobilizado, (IMOB), Intangível (INT) e Setor Econômico (SET), por terem sido aplicadas em outros estudos (Quadro 1) como fatores determinantes na divulgação dos PAAs.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente, mensurou-se a quantidade de PAAs reportados, tanto de forma geral, como no Nível de Entidade e no Nível de Conta, nos NRA das empresas da amostra no período de 2016 a 2018. Posteriormente, procedeu-se à segregação dos PAAs no Nível de Entidade e no Nível de Conta. Dessa forma, foi efetuada a análise descritiva dos dados, visando a observar como eles se comportaram no período analisado, cujos resultados são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Estatística descritiva das variáveis dependentes

Variável	PAAs				PAAs – Nível de Entidade				PAAs – Nível de Conta			
	2016	2017	2018	Variação (%)	2016	2017	2018	Variação (%)	2016	2017	2018	Variação (%)
Média	2,73	2,74	2,64	-3,5	1,23	1,22	1,11	-10,1	1,5	1,52	1,53	1,9
Mínimo	1	1	1	0,0	0	0	0	0,0	0	0	0	0,0
Máximo	8	6	7	-12,5	5	4	5	0,0	5	4	4	-20,0
Desvio-padrão	1,32	1,23	1,24	-6,1	0,96	0,91	0,93	-3,2	0,97	0,93	0,97	-0,4

Fonte: Elaborada pelos autores.

No que tange aos PAAs, verifica-se que no período de 2016 a 2018 ocorreu uma redução de 3,5% na quantidade média reportada. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que no primeiro ano da obrigatoriedade da divulgação dos PAAs, os auditores encontravam-se em fase de adaptação às exigências da norma, sendo mais conservadores e inserindo maior número de PAAs. Ao longo do período, conforme se aperfeiçoaram, passaram a divulgar os assuntos mais significativos, diminuindo a quantidade de PAAs reportados. Esse resultado é semelhante ao encontrado por Santos *et al.* (2020), que constataram a ocorrência de uma redução na quantidade de PAAs no período analisado.

Em relação aos PAAs no Nível de Entidade, verifica-se comportamento similar, apresentando uma redução de 10,1% no período analisado, em linha com os achados de Sierra-García *et al.* (2019). Esse resultado pode ter sido influenciado pelo setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis, que experimentou uma redução de riscos decorrentes das alterações de controle interno e governança como respostas ao envolvimento da Petrobras na Operação Lava Jato.

Os PAAs no Nível de Conta apresentaram aumento de 1,9% no período analisado, assim como observado nos achados de Sierra-García *et al.* (2019). Esse resultado pode ser explicado pela adoção de novos pronunciamentos técnicos no período analisado, como o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, cuja adoção gerou riscos específicos para as empresas no mercado brasileiro.

Chama a atenção o fato de que a maioria dos PAAs reportados pelas empresas da amostra no período analisado referem-se a Contingências e Discussões Judiciais, Receitas, Valor Recuperável de Ativos, Instrumentos Financeiros e Realização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

A Tabela 2 evidencia a estatística descritiva das variáveis independentes e de controle, demonstrando seu comportamento no período.

Tabela 2 – Estatística descritiva das variáveis independentes e de controle

Indicador	2016	2017	2018	Variação no	2016	2017	2018	Variação no
				Triênio (%)				Triênio (%)
<b>Custo de Auditoria</b>					<b>Complexidade</b>			
Média	14,30	14,00	14,08	-1,5	2,37	2,35	2,40	1,2
Mínimo	11,40	10,20	10,10	-11,4	0,00	0,00	0,00	0,0
Máximo	17,80	17,40	17,15	-3,7	15,20	14,90	16,40	7,9
Desvio-padrão	1,25	1,34	1,24	-0,8	2,21	2,10	2,28	3,2
<b>Tamanho</b>					<b>Receita Bruta</b>			
Média	6,39	6,41	6,36	-0,5	5,98	6,00	5,99	0,2
Mínimo	2,43	2,88	1,36	-44,0	2,30	2,19	1,98	-13,9
Máximo	9,15	9,14	9,17	0,2	8,42	8,45	8,54	1,4
Desvio-padrão	0,92	0,93	1,01	9,8	0,99	0,98	1,03	4,0

Endividamento					Estoque			
Média	0,80	0,81	0,85	6,2	4,91	4,93	4,81	-2,0
Mínimo	0,00	0,00	0,00	0,0	1,18	2,15	1,00	-15,3
Máximo	40,80	46,12	43,63	6,9	7,44	7,45	7,79	4,7
Desvio-padrão	2,21	2,49	2,42	9,5	1,07	1,06	1,15	7,5
Índice de Liquidez Corrente					Imobilizado			
Média	7,46	3,56	8,13	9,0	5,16	5,13	4,70	-8,9
Mínimo	0,02	0,02	0,01	-50,0	0,30	0,85	0,30	0,0
Máximo	1.229,44	278,81	1.718,81	39,8	8,76	8,77	8,68	-1,0
Desvio Padrão	69,76	16,91	93,69	34,3	1,33	1,38	1,54	15,8
Rentabilidade					Intangível			
Média	0,03	0,04	-0,03	-200,0	4,93	4,93	4,47	-9,3
Mínimo	-1,28	-2,19	-9,45	638,3	0,48	0,70	0,30	-37,5
Máximo	1,48	3,49	2,27	53,4	7,73	7,71	7,63	-1,3
Desvio-padrão	0,20	0,33	0,65	225,0	1,53	1,55	1,54	0,7

Fonte: Elaborada pelos autores.

Em relação ao Custo de Auditoria, representado pelos honorários pagos aos auditores independentes, verifica-se que no período de 2016 a 2018 ocorreu uma redução de 1,5% no valor médio desembolsado. Essa redução pode ter sido ocasionada pela crise econômica do período no Brasil (MELLO; ARAÚJO, 2019). Tal resultado é semelhante ao encontrado por Mello e Araújo (2019), que também identificaram uma redução na média dos honorários de auditoria pagos no período de 2014 a 2017.

Quanto ao Tamanho, medido pelo valor total do Ativo, observa-se que ocorreu uma discreta redução de 0,5% na média ao longo do período de 2016 a 2018. Esse resultado pode ter sido influenciado pela diminuição da participação de algumas empresas no mercado, associada à crise econômica do período no Brasil (ALVES; COLARES; FERREIRA, 2017).

Com relação ao Endividamento, verifica-se um aumento de 6,2% no período analisado, sugerindo que as empresas da amostra têm recorrido cada vez mais à utilização de capital de terceiros para o financiamento de suas operações, influenciadas pela crise econômica. Esse resultado está em concordância com os achados de Pinto e Morais (2019).

No que tange ao Índice de Liquidez Corrente, os resultados demonstram que ocorreu um aumento de 9,0% no período de 2016 a 2018, guardando conformidade com os achados de Andre *et al.* (2016). Esse resultado pode estar influenciado pela liquidez das empresas do setor financeiro que, mesmo no período de crise, apresentaram resultados positivos.

No tocante à Rentabilidade, observa-se que ocorreu a expressiva redução de 200,0% no período analisado, indicando que as empresas da amostra não vêm conseguindo gerar retorno sobre seus ativos para se capitalizar. Esse resultado corrobora os achados de Ferreira e Morais (2019), segundo os quais as empresas da amostra não têm capacidade de gerar resultados com base nos seus ativos.

Quanto à Complexidade, os resultados apontam que as empresas brasileiras possuem, em média, 2,37 subsidiárias, sugerindo que são de baixa complexidade (CRUZ *et al.*, 2019). Observa-se também que a média de subsidiárias sofreu aumento de 1,2% no período de 2016 a 2018. O resultado está em acordo com os achados de Brighenti, Degenhart e Cunha (2016), que identificaram um aumento no número médio de subsidiárias nos últimos anos.

No tocante às variáveis de controle, verifica-se que a Receita Bruta não apresentou variação significativa no período. Em contrapartida, o Estoque assinalou uma redução de 2,0% no mesmo intervalo. Esse resultado pode ter sido influenciado pela crise financeira no país, pois, com a queda na demanda, as empresas tendem a reduzir sua produção, para que os estoques não fiquem muito altos ou acabem por se tornar obsoletos. Esse resultado está alinhado com os achados de Sierra-García *et al.* (2019).

Em relação ao Imobilizado e ao Intangível, verifica-se que ambos sofreram redução de 8,9% e 9,3% no período analisado. Esse resultado pode estar associado à crise econômica do período (MELLO; ARAÚJO, 2019), que contribuiu para que não fossem feitos novos investimentos e aquisições de imobilizado. Ademais, tais ativos continuaram sendo anualmente submetidos a testes de redução ao valor recuperável e sujeitos à depreciação no período, influenciando ainda mais a redução nos montantes respectivos. Esse resultado está de acordo com o estudo de Sierra-García *et al.* (2019).

A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva das variáveis *dummies* do estudo.

Tabela 3 – Estatística descritiva das variáveis *dummies*

Variável	Descrição	2016 (%)	2017 (%)	2018 (%)	Média no Triênio (%)
<b>Big Four</b>	Big Four	75,9	73,5	70,6	73,3
	Não Big Four	24,1	26,5	29,4	26,7
<b>ROD</b>	Houve rodízio	22,0	25,0	24,0	23,7
	Não houve rodízio	78,0	75,0	76,0	76,3
<b>SET</b>	Regulado	73,0	73,0	73,0	73,0
	Não regulado	27,0	27,0	27,0	27,0

Fonte: Elaborada pelos autores.

Quanto ao tipo de Firma de Auditoria (*BigFour*), nota-se que no período analisado, 73,3% das empresas do mercado brasileiro foram auditadas por firmas Big Four. Esse resultado está em conformidade com o obtido por Castro, Peleias e Silva (2015), que constataram a concentração do mercado de auditoria nas mãos das empresas Big Four, sendo as mais representativas no que tange a honorários e clientes auditados.

Com relação ao Rodízio de Auditoria (ROD), observa-se que houve um aumento, demonstrando-se que no período analisado 23,7% das empresas brasileiras realizaram troca da firma de auditoria. Esse resultado corrobora o estudo de Mello e Araújo (2019), que identificou aumento no rodízio de auditoria, em virtude do prazo-limite de 5 anos estabelecido pela Resolução CVM nº 308/1999.

Quanto ao Setor Econômico (SET), verifica-se que há uma concentração das empresas da amostra nos setores regulados (73,0%), ou seja, aquelas que sofrem o efeito das normas coercitivas emanadas do Estado ou de órgãos reguladores, relativas a determinadas atividades ou áreas do conhecimento.

Após a análise descritiva, procedeu-se ao Teste de Correlação de Pearson, para identificar a existência de correlação entre as variáveis dos modelos, bem como para detectar possíveis indícios de multicolinearidade, cujos resultados são explicitados na Tabela 5.

Tabela 5 – Teste de Correlação de Pearson

VARIÁVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
<b>A-PAA</b>	1																
<b>B-NEPAA</b>	-	1															
<b>C-NCPAA</b>	-	-	1														
<b>D-BigFour</b>	-,28 <sup>(**)</sup>	-,31 <sup>(**)</sup>	-,26 <sup>(**)</sup>	1													
<b>E-CUST</b>	,24 <sup>(**)</sup>	,34 <sup>(**)</sup>	,38 <sup>(**)</sup>	,13 <sup>(**)</sup>	1												
<b>F-ROD</b>	-,23 <sup>(**)</sup>	-,41 <sup>(**)</sup>	-,55 <sup>(**)</sup>	-,01	,10 <sup>(**)</sup>	1											
<b>G-TAM</b>	,36 <sup>(**)</sup>	,27 <sup>(**)</sup>	,34 <sup>(**)</sup>	,14 <sup>(**)</sup>	,23 <sup>(**)</sup>	,003	1										
<b>H-END</b>	,16 <sup>(**)</sup>	,07 <sup>(**)</sup>	,10 <sup>(**)</sup>	,15 <sup>(**)</sup>	,26 <sup>(**)</sup>	,09 <sup>(*)</sup>	,22 <sup>(**)</sup>	1									
<b>I-I LC</b>	-,01	-,12	-,27	,14	,15 <sup>(**)</sup>	,04 <sup>(*)</sup>	,18 <sup>(**)</sup>	,22 <sup>(**)</sup>	1								
<b>J-ROA</b>	-,21 <sup>(**)</sup>	,06 <sup>(**)</sup>	-,08 <sup>(*)</sup>	,09 <sup>(**)</sup>	,18 <sup>(**)</sup>	,009	,37 <sup>(**)</sup>	,15 <sup>(**)</sup>	,05 <sup>(**)</sup>	1							

<b>K-COMP</b>	,12 <sup>(***)</sup>	,25 <sup>(***)</sup>	,56 <sup>(**)</sup>	,06 <sup>(***)</sup>	,41 <sup>(**)</sup>	-,01	,44 <sup>(**)</sup>	,07	,11 <sup>(***)</sup>	-,25	1							
<b>L-ANO</b>	,34 <sup>(***)</sup>	,23 <sup>(**)</sup>	,33 <sup>(**)</sup>	,02	,05	,03	,51 <sup>(***)</sup>	,09 <sup>(***)</sup>	,25 <sup>(***)</sup>	-,34	,28	1						
<b>M-REC</b>	,36 <sup>(**)</sup>	,24 <sup>(**)</sup>	,20 <sup>(**)</sup>	,23	,54 <sup>(**)</sup>	,05 <sup>(*)</sup>	,46 <sup>(***)</sup>	,08 <sup>(***)</sup>	,17 <sup>(***)</sup>	-,35	,18 <sup>(**)</sup>	,02	1					
<b>N-EST</b>	,26 <sup>(**)</sup>	,18 <sup>(**)</sup>	,37 <sup>(***)</sup>	,22	,34 <sup>(***)</sup>	,003	,27 <sup>(***)</sup>	,66 <sup>(**)</sup>	,13 <sup>(**)</sup>	-,29	,16 <sup>(**)</sup>	,23	,03	1				
<b>O-IMOB</b>	,33 <sup>(**)</sup>	,56 <sup>(**)</sup>	,06 <sup>(**)</sup>	,04 <sup>(**)</sup>	,52 <sup>(**)</sup>	,12	,37 <sup>(***)</sup>	,09 <sup>(**)</sup>	,32 <sup>(**)</sup>	-,09	,34 <sup>(**)</sup>	,15	,04	,44 <sup>(**)</sup>	1			
<b>P-INT</b>	,15 <sup>(**)</sup>	,63 <sup>(***)</sup>	,34 <sup>(***)</sup>	-,023	,15 <sup>(**)</sup>	,07	,23 <sup>(***)</sup>	,20 <sup>(**)</sup>	,66 <sup>(***)</sup>	,23 <sup>(**)</sup>	,29 <sup>(**)</sup>	,14	,07	,13 <sup>(***)</sup>	,26	1		
<b>Q-SET</b>	-,13 <sup>(***)</sup>	-,47 <sup>(**)</sup>	-,40 <sup>(***)</sup>	,34	,12 <sup>(***)</sup>	,02	,34 <sup>(**)</sup>	,04	,02	,01	,05	,02	,06	,21 <sup>(**)</sup>	,14	,34	1	

(\*) significante a 10%; (\*\*) significante a 5%; (\*\*\*) significante a 1%.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ressalte-se que, embora as correlações entre as variáveis independentes sejam significativas, não demonstraram que podem ocasionar problema de multicolinearidade nos modelos, haja vista que nenhum dos indicadores apresentou valor próximo de 1, numa indicação de que não estão correlacionados (GUJARATI; PORTER, 2011).

Destaque-se que as variáveis Tamanho (TAM) e Receita Bruta (REC) apresentaram o maior coeficiente de correlação com os PAAs: 0,36. O Intangível (INT) e o Imobilizado (IMOB) assinalaram os maiores coeficientes de correlação com os PAAs no Nível de Entidade (NEPAA): 0,63 e 0,56, respectivamente. Complexidade (COMP) e Rodízio de Auditoria (ROD), por sua vez, evidenciaram os maiores coeficientes de correlação com os PAAs no Nível de Conta (NCPAA): 0,56 e -0,55, respectivamente.

Verifica-se que Firma de Auditoria (*BigFour*), Custo de Auditoria (CUSTAUD), Rodízio de Auditoria (ROD), Tamanho (TAM), Endividamento (END), Índice de Liquidez Corrente (ILC), Rentabilidade (ROA), Complexidade (COMP) e Estoque (EST) apresentaram correlação significativa com a maioria das variáveis. Ano (ANO), Receita Bruta (REC), Imobilizado (IMOB), Intangível (INT) e Setor Econômico (SET) não apresentaram correlação significativa com nenhuma das variáveis do estudo.

Realizaram-se, ainda, regressões lineares múltiplas com dados em painel, para testar as hipóteses do estudo. Os modelos efetuados explicitam a relação entre as variáveis e possuem coeficientes de determinação que indicam que as variáveis independentes explicam 32,45% da variância dos PAAs e 35,40% e 31,54% dos PAAs no Nível de Entidade e no Nível de Conta, respectivamente.

Tabela 6 – Regressão linear múltipla de dados em painel

Variável	MODELO 1 (PAA)		MODELO 2 (NEPAA)		MODELO 3 (NCPAA)	
	Coefficiente	Sig	Coefficiente	Sig	Coefficiente	Sig
Firma de Auditoria	3,67	0,000 <sup>(***)</sup>	2,38	0,002 <sup>(***)</sup>	2,52	0,001 <sup>(***)</sup>
Custo de Auditoria	0,80	0,456	0,05	0,002 <sup>(***)</sup>	0,23	0,238
Rodízio de Auditoria	-0,07	0,041 <sup>(**)</sup>	-0,04	0,025 <sup>(**)</sup>	-0,06	0,016 <sup>(**)</sup>
Tamanho	7,45	0,002 <sup>(***)</sup>	5,49	0,002 <sup>(***)</sup>	-	-
Endividamento	0,02	0,030 <sup>(**)</sup>	0,25	0,003 <sup>(***)</sup>	-	-
Índice de Liquidez Corrente	0,05	0,552	0,04	0,438	-	-
Rentabilidade	0,25	0,321	0,45	0,547	-	-
Complexidade	2,64	0,000 <sup>(***)</sup>	2,48	0,000 <sup>(***)</sup>	-	-
Ano	-0,16	0,038 <sup>(**)</sup>	-0,27	0,001 <sup>(***)</sup>	-0,36	0,028 <sup>(**)</sup>
Receita Bruta	0,28	0,000 <sup>(***)</sup>	-	-	0,43	0,000 <sup>(***)</sup>
Estoque	0,22	0,534	-	-	0,63	0,754
Imobilizado	0,77	0,000 <sup>(***)</sup>	-	-	0,52	0,012 <sup>(**)</sup>
Intangível	0,06	0,004 <sup>(***)</sup>	-	-	1,13	0,002 <sup>(***)</sup>
Setor Econômico	-0,38	0,029 <sup>(**)</sup>	-0,31	0,002 <sup>(***)</sup>	-0,32	0,015 <sup>(**)</sup>

Constante	1,23	0,001(**)	2,38	0,000(***)	1,76	0,021(**)
N	1.032		1.032		1.032	
Wald Qui <sup>2</sup>	152,3		143,6		144,7	
Sig	0.000(***)		0.000(***)		0.001(***)	
R <sup>2</sup>	0,3245		0,354		0,3154	

(\*\*) significante a 5%; (\*\*\*) significante a 1%.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os resultados do Modelo 1, explicitados na Tabela 6, evidenciam que as variáveis Firma de Auditoria (*BigFour*), Rodízio de Auditoria (ROD), Tamanho (TAM), Endividamento (END), Complexidade (COMP), Ano (ANO), Receita Bruta (REC), Imobilizado (IMOB), Intangível (INT) e Setor Econômico (SET) apresentaram valores estatisticamente significantes com os PAAs, aos níveis de 5% e 1%. As variáveis Custo de Auditoria (CUSTAUD), Índice de Liquidez Corrente (ILC), Rentabilidade (ROA) e Estoque (EST) não demonstraram correlação significativa com os PAAs.

Os resultados evidenciam uma correlação positiva e significativa entre Firma de Auditoria e os PAAs, sugerindo que as firmas Big Four são mais conservadoras e tendem a reportar maior número de PAAs. Esse resultado, portanto, confirma a hipótese *H1 (O tipo de firma de auditoria influencia positivamente o número de PAAs divulgados)*, e corrobora os achados de Ferreira e Moraes (2019), segundo os quais quando uma empresa é auditada por uma Big Four, espera-se um maior número de PAAs reportados.

Ainda com base nos dados da Tabela 6, observa-se que não há correlação significativa entre o Custo de Auditoria e os PAAs, indicando que o custo de auditoria não influencia o número de PAAs divulgados. Isso ocorre porque a identificação de riscos e a avaliação de seus impactos já era uma tarefa realizada pelas auditorias (COLARES; ALVES; FERREIRA, 2018), e por isso o custo de auditoria não sofreu alterações após a divulgação de PAAs passar a ser obrigatória. Esse resultado confirma a hipótese *H2 (O custo de auditoria não influencia o número de PAAs divulgados)*, e corrobora os achados de Melo (2019), que não encontraram correlação entre o custo de auditoria e os PAAs.

Observou-se uma correlação negativa e significativa entre o Rodízio de Auditoria e os PAAs, indicando que a troca de firma de auditoria implica menor número de PAAs reportados. Em linha com o estudo de Velte (2018), esse resultado evidencia que o rodízio de auditoria diminui o número de PAAs divulgados, indicando que a chegada de um novo auditor, que conhece menos o trabalho da empresa, influencia negativamente a identificação dos riscos. Conclui-se, assim, pela não rejeição da hipótese *H3 (O rodízio de auditoria influencia negativamente o número de PAAs divulgados)*.

A pesquisa ressalta ainda uma correlação positiva e significativa entre Tamanho e PAAs. Esse resultado indica que quanto maior for a empresa auditada, maior será o número de PAAs divulgados, já que as empresas de maior porte, devido a sua complexidade, apresentam maior número de áreas de risco identificadas pelos auditores. Isso está em conformidade com os achados de Cruz *et al.* (2019), que identificaram uma correlação positiva entre Tamanho e a quantidade de PAAs divulgados, o que valida a hipótese *H4 (O tamanho da empresa auditada influencia positivamente o número de PAAs divulgados)*.

O estudo identificou também uma correlação positiva e significativa entre Endividamento e PAAs, sugerindo que as empresas mais endividadas possuem maior número de PAAs em seus relatórios. Isso ocorre porque um maior endividamento envolve maior risco financeiro, aumentando o esforço do auditor para reduzir sua responsabilidade, melhorando os procedimentos de auditoria e, portanto, a identificação de mais PAAs (PINTO; MORAIS, 2019). Esse resultado está em linha com a pesquisa de Bédard, Gonthier-Besacier e Schatt (2016), que encontrou uma associação positiva entre Endividamento e PAAs, o que vem a

validar a hipótese *H5* (*O endividamento da empresa auditada influencia positivamente o número de PAAs divulgados*).

A Tabela 6 destaca ainda não haver correlação significativa entre Índice de Liquidez Corrente e PAAs, rejeitando-se, assim, a hipótese *H6* (*O Índice de Liquidez Corrente da empresa auditada influencia negativamente o número de PAAs divulgados*).

Esse resultado contraria a expectativa de que as empresas que apresentem maior liquidez, por demonstrar menor risco financeiro, tenham menor número de PAAs reportados nos relatórios. Esse achado corrobora os achados de Sierra-García *et al.* (2019), que não identificaram associação entre a liquidez corrente e os PAAs.

Foi evidenciado que não há correlação entre Rentabilidade e PAAs. Esse resultado contraria a expectativa de que as empresas mais rentáveis, por apresentar menor risco operacional, tenham menos PAAs divulgados nos relatórios, corroborando os achados de Ferreira e Morais (2019), que não encontraram associação entre a rentabilidade e a quantidade de PAAs reportados. Confirma-se, desse modo, a hipótese *H7* (*A rentabilidade da empresa auditada influencia negativamente o número de PAAs divulgados*).

Identificou-se, finalmente, uma correlação positiva e significativa entre Complexidade e PAAs, indicando que as empresas mais complexas apresentam maior número de PAAs reportados. Esse resultado está alinhado com os achados de Cruz *et al.* (2019), segundo os quais as empresas com estrutura mais complexa tendem a enfrentar mais riscos e, por isso, mais PAAs divulgados pelos auditores, o que valida a hipótese *H8* (*A complexidade da empresa auditada influencia positivamente o número de PAAs divulgados*).

No que tange às variáveis de controle, identifica-se uma correlação negativa e estatisticamente significativa entre Ano e PAAs, indicando que o número divulgado reduziu-se ao longo do período, alinhado com os achados de Santos *et al.* (2020), que constataram nas empresas listadas na B3 uma redução no número de PAAs divulgados no mesmo período.

As variáveis Receita Bruta, Imobilizado e Intangível apresentaram uma correlação positiva e significativa com os PAAs, indicando que quanto maiores forem seus montantes, maior será o número de PAAs, devido aos riscos relacionados às transações específicas dessas contas, corroborando os achados de Sierra-García *et al.* (2019).

Quanto à variável Estoque, os resultados indicam que não há correlação significativa com os PAAs, consistente com o estudo de Pinto e Morais (2019), segundo o qual a existência de grandes estoques, embora estes sejam considerados itens difíceis de auditar, não influencia a divulgação de PAAs.

No que tange ao Setor Econômico, a Tabela 6 indica uma correlação negativa significativa com os PAAs, sugerindo que são negativamente influenciados pelo setor de atuação da empresa (regulação). Isso ocorre porque as empresas de setores regulados que sofrem efeito das normas coercitivas, emanadas do Estado ou de órgãos reguladores, demonstram menos riscos e irregularidades e inconformidades em suas operações (MELLO; ARAÚJO, 2019), e, por esse motivo, influenciam negativamente a quantidade de PAAs divulgados. Esse resultado corrobora os achados de Pinto e Morais (2019).

No tocante ao Modelo 2, explicitado na Tabela 6, que tem como variável dependente os PAAs no Nível de Entidade (NEPAA), verifica-se que foram obtidos resultados iguais aos do Modelo 1, tanto em termos de sinal do coeficiente quanto em significância estatística, demonstrando que as variáveis Firma de Auditoria, Rodízio de Auditoria, Tamanho, Endividamento, Complexidade, Ano e Setor Econômico apresentaram resultados estatisticamente significantes com os PAAs no Nível de Entidade.

A única exceção no Modelo 2 deu-se em relação à variável Custo de Auditoria, que apresentou uma correlação significativa com os PAAs no Nível de Entidade, demonstrando que as empresas que pagam maiores honorários divulgam mais PAAs no Nível de Entidade. Isso ocorre porque são cobrados maiores honorários de empresas maiores, mais arriscadas ou

mais complexas (SIERRA-GARCÍA *et al.*, 2019), o que irá influenciar uma maior divulgação de riscos ao Nível de Entidade.

Com relação ao Modelo 3, explicitado na Tabela 6, e que tem como variável dependente os PAAs no Nível de Conta (NCPAA), observa-se que foram obtidos resultados iguais aos do Modelo 1, tanto em termos de sinal do coeficiente quanto em significância estatística, demonstrando que as variáveis Firma de Auditoria, Rodízio de Auditoria, Ano, Receita Bruta, Imobilizado, Intangível e Setor Econômico apresentaram resultados estatisticamente significantes com os PAAs no Nível de Conta.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo analisou a relação entre os PAAs e as características das empresas auditoras e auditadas no mercado de capitais brasileiro. Para tanto, realizou-se uma pesquisa a partir os dados de 344 empresas listadas na B3, no período de 2016 a 2018, os quais foram analisados por meio de estatística descritiva, teste de correlação e regressão linear múltipla de dados em painel.

Os resultados obtidos evidenciam, no tocante às empresas da amostra, que Firma de Auditoria, Tamanho, Endividamento, Complexidade, Receita Bruta, Imobilizado e Intangível influenciam positivamente o número de PAAs divulgados. Em contrapartida, Rodízio de Auditoria, Ano e Setor Econômico demonstraram influenciar negativamente o número de PAAs reportados. Saliente-se, ainda, que não foram encontradas evidências estatísticas de que Custo de Auditoria, Índice de Liquidez Corrente, Rentabilidade e Estoque das empresas auditadas exerçam influência sobre a quantidade de PAAs reportados. Pode-se inferir que os PAAs são influenciados, em sua maioria, por características da empresa auditada, em que predominantemente são encontradas no nível operacional, relacionadas à sua estrutura, complexidade dos negócios, operações e transações. Contudo, ainda que em menor escala, as características do auditor relacionadas a sua estrutura também influenciam os PAAs reportados.

Conclui-se, dessa forma, que as características da empresa de auditoria e da empresa auditada possuem correlação com os PAAs, dando indícios de que essas particularidades influenciam a quantidade, a identificação de riscos e, conseqüentemente, o julgamento técnico do auditor, que leva em conta os riscos significativos para determinar os assuntos que se caracterizam como PAAs.

Adicionalmente, a segregação dos PAAs no Nível de Entidade e no Nível de Conta, evidenciou que esses dois tipos de assunto são influenciados pelas mesmas particularidades que influenciam os PAAs de modo geral, com exceção do Custo de Auditoria, que influencia apenas os PAAs no Nível de Entidade. Destaque-se que as características mais voltadas para o ambiente e a estrutura da auditora e da auditada tendem a influenciar a divulgação de PAAs no Nível de Entidade, enquanto as características relacionadas às transações da empresa auditada tendem a influenciar a divulgação de PAAs no Nível de Conta.

Ressalte-se, por fim, a possibilidade de haver outras características do auditor e da auditada que podem afetar a relação para a amostra analisada, devido, por exemplo, à crise econômica e aos escândalos financeiros. Portanto, sugerem-se estudos futuros que levem em conta distintos fatores das empresas e do contexto econômico, além de segregar os PAAs em diferentes níveis de risco.

## **REFERÊNCIAS**

ALEXANDRE, N. O.; MELLO, L. C. O.; ARAÚJO, P. G. L. Inconformidades nos relatórios dos auditores independentes: estudo dos setores regulados e não regulados brasileiros. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, v. 5, n. 20, p. 16-32, 2017.

ALVES, I. K. C.; COLARES, A. C. V.; FERREIRA, C. O. Determinantes dos honorários de auditoria independente. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, v. 5, n. 20, p. 96-111, 2017.

ALVES JÚNIOR, E. D.; GALDI, F. C. Relevância informacional dos principais assuntos de auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 31, n. 82, p. 67-83, 2020.

ANDRE, P.; BROYE, G.; PONG, C. K. M.; SCHATT, A. Are joint audits associated with higher audit fees? **European Accounting Review**, v. 25, p. 245-274, 2016.

BÉDARD, J.; GONTHIER-BESACIER, N.; SCHATT, A. Analysis of the consequences of the disclosure of key audit matters in the audit report. *In: DAC ACCOUNTING RESEARCH SEMINARS. Anais*. 2016. Disponível em: <<http://www.hec.unil.ch/documents/seminars/dcc/1946.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2020.

BRIGHENTI, J.; DEGENHART, L.; CUNHA, P. R. Fatores influentes nos honorários de auditoria: análise das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. **Pensar Contábil**, v. 18, n. 65, p. 16-27, 2016.

CASTRO, W. B. L.; PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P. Determinantes dos honorários de auditoria: um estudo nas empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 69, p. 261-273, 2015.

COLARES, A. C. V.; ALVES, I. K. C.; FERREIRA, C. O. Principais assuntos de auditoria: expectativas dos auditores independentes quanto ao novo relatório de auditoria. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 19, n. 3, art. 6, p. 64-76, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 701 – Comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente**, de 17 de junho de 2016. 2016. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA701.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

CRUZ, A. F. A.; NARDI, P. C. C.; FIGUEIRA, L. M.; SILVA, R. L. M. A relação entre o novo relatório do auditor independente e o perfil das empresas auditadas e de auditoria. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 16, n. 40, p. 03-23, 2019.

DANTAS, J. A.; MEDEIROS, O. R. Determinantes de qualidade da auditoria independente em bancos. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 67, p. 43-56, 2015.

DEFOND, M.; ZHANG, J. A review of archival auditing research. **Journal of Accounting and Economics**, v. 58, n. 2-3, p. 275-326, 2014.

FERREIRA, C.; MORAIS, A. I. Análise da relação entre características das empresas e os key audit matters divulgados. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 31, n. 83, p. 262-274, 2019.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5. ed. Porto Alegre: Editora Afiliada, 2011.

KAVESKI, I. D. S.; CUNHA, P. R. Fatores determinantes dos honorários da auditoria das empresas listadas no novo mercado da BM&FBovespa. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 19, n. 1, p. 49-63, 2016.

LENNOX, C. S.; KAUSAR, A. Estimation risk and auditor conservatism. **Review of Accounting Studies**, v. 22, n. 5, p. 185-216, 2017.

LENNOX, C. S.; SCHMIDT, J. J.; THOMPSON, A. M. **Is the expanded model of audit reporting informative to investors? Evidence from the UK**. 2017. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2619785](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2619785)>. Acesso em: 2 fev. 2020.

LOPES, P. T.; RODRIGUES, L. L. Accounting for financial instruments: and analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. **The Journal of Accounting**, v. 42, n. 1, p. 25-56, 2007.

MELLO, L. C. O.; ARAÚJO, P. G. L. Impacto do novo relatório dos auditores independentes nos honorários dos auditores. *In*: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 19., São Paulo, 2019. **Anais...** São Paulo: USP, 2019.

MELO, P. S. F. **Impacto da inclusão dos principais assuntos de auditoria na qualidade e nos honorários das companhias de capital aberto do Brasil**. 2019. 116 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PINTO, I.; MORAIS, A. I. What matters in disclosures of key audit matters: evidence from Europe. **Journal of International Financial Management and Accounting**, v. 30, n. 2, p. 145-162, 2019.

QUEVEDO, M. C.; PINTO, L. J. S. Percepção do rodízio de auditoria sob o olhar dos auditores independentes. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 13, n. 38, p.9-22, 2014.

SANTOS, K. L.; GUERRA, R. B.; MARQUES, V. A.; MARIA JÚNIOR, E. Os principais assuntos de auditoria importam? Uma análise de sua associação com o gerenciamento de resultados. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 14, n. 1, p. 56-77, 2020.

SIERRA-GARCÍA, L.; GAMBETTA, N.; GARCÍA-BENAU, M. A.; ORTA-PÉREZ, M. Understanding the determinants of the magnitude of entity-level risk and account-level risk key audit matters: the case of the United Kingdom. **The British Accounting Review**, v. 51, n.3, p. 227-240, 2019.

SILVA, R. O.; FREIRE, M. D. M. Quais as abordagens dos principais assuntos de auditoria para empresas big four e demais firmas de auditoria no setor de consumo não cíclico da B3? *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 9., Rio de Janeiro, 2018. **Anais...** Rio de Janeiro: AdCont, 2018.

VASCONCELOS, F. C.; COELHO, G. N.; ALBERTON, L. Primeiro ano do novo relatório do auditor independente: análise dos principais assuntos de auditoria das companhias que compõem o Ibovespa. **Contabilidad y Negocios**, v. 14, n. 27, p. 57-72, 2019.

VELTE, P. Does gender diversity in the audit committee influence key audit matters' readability in the audit report? UK evidence. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 25, n. 5, p. 748-755, 2018.

WISNIK, M. T. **Relação entre a natureza dos principais assuntos de auditoria apresentados nos relatórios de auditoria independente, setores de atuação e países**. 2018. 98 f. Dissertação (Mestrado em Gestão para a Competitividade – Finanças e Controladoria) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2018.